

Ata da Reunião Ordinária do CERMA/PR – 24/07/2018

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35

No vigésimo quarto dia do mês de julho de dois mil e dezoito, às 8h30, na Escola de Educação em Direitos Humanos, na Rua Almirante Tamandaré, nº 1133 – Alto da Rua XV, nesta Capital, foi realizada a Reunião Ordinária do Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná – CERMA/PR. Fizeram-se presentes, conforme convocação prévia: **Titulares Governamentais:** **Fátima Ikiko Yokohama** (SEJU), **Lucimar Godoy** (SESA), **Célia Baptista** (Casa Civil), **Tamara Zázera Rezende** (SEDS), **Marcia Leonora Dudeque** (SEED), **Vladimir L. de Oliveira** (SESP) e **Benedito Isidoro Diniz** (SEEC). **Suplentes Governamentais:** **José Jorge Tobias de Santana** (SEET). **Titulares da Sociedade Civil:** **Andressa Gongora Barboza** (ARAS/Cáritas Maringá), **Deusa Rodrigues Favero** (Cáritas Arquidiocesana de Londrina), **Maria de Lourdes Bernatt** (Movimento dos Haitianos de Pato Branco – MHAPA) e **Elizete Sant’Anna de Oliveira** (Serviço Pastoral dos Migrantes – SPM). **Suplentes da Sociedade Civil:** **Edésia de Souza Sato** (Pastoral Migratória da Arquidiocese de Curitiba). **Colaboradores(as)/Convidados(as) – Período da Tarde:** **Rafael Osvaldo de Moura** (Ministério Público Estadual – MPPR), **Tatyana Friedrich** (UFPR – Cátedra Sérgio Vieira de Mello), **Laís Silva Santos** (SEJU), **Daniela Pinheiro** (OAB/PR), **Bruno Nora** (Instituto Chama), **João Guilherme de Mello** (Assembleia Legislativa do Estado do Paraná – ALEP/Gabinete do Deputado Evandro Araújo), **Ana Sofia Guerra** (GAIRF/Florianópolis), **Catrin Cramer** (Coop Mediadores), **Emerson H. Handa** (Cáritas/CASLA), **Francisco Pinto** (Instituto Chama), **Nathalia Machado de Souza** (SEJU/DEDIHC). **Ausências Justificadas:** **Douglas Marques de Oliveira** justificou sua ausência por motivos de trabalho. **1. Abertura:** Cumprimentando os presentes, a Presidente Célia deu início à reunião. A Presidente informou que a Conselheira Tamara assumiu o cargo de Secretária Geral deste Conselho e, portanto, fará parte da Mesa Diretiva. Também, informou que esteve em contato com a secretária do Superintendente da Polícia Federal sobre uma audiência com o CERMA, mas ainda não obteve resposta sobre uma data. **2. Aprovação da Pauta:** A Pauta foi aprovada. **3. Aprovação da Ata:** A Conselheira Tamara fez a leitura da Ata. A Conselheira Fátima informou que uma das alunas da Pontifícia Universidade Católica – PUC desenvolveu um estudo sobre o ensino de língua portuguesa para migrantes em diferentes instituições que ofertam o ensino de português como língua estrangeira. A Conselheira Elizete sugeriu que esta aluna fosse convidada a apresentar seu trabalho ao CERMA. A Conselheira Maria de Lourdes informou que no campus de Pato Branco da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR, há algumas mestrandas que desenvolveram dissertações sobre o ensino de língua portuguesa para migrantes e sugeriu que, na Reunião Descentralizada deste Conselho em Pato Branco, fosse aberto espaço para que elas apresentassem seus trabalhos. A Presidente Célia informou sobre as datas das próximas reuniões do CERMA. A Conselheira Maria de Lourdes solicitou que a Reunião Descentralizada prevista para dia 18 de agosto fosse adiada em uma semana por questões de agenda pessoal. Devido à agenda de reuniões dos Conselhos de Direitos da SEJU, não será possível a realização da Reunião Descentralizada de Pato

4

5

6

7

36 Branco no mês de agosto, sendo a próxima reunião prevista para dia 23 de agosto em Curitiba. O

37 Conselho propôs que a Conselheira Marcia Dudeque fizesse os encaminhamentos sobre os horários das

38 aulas de português para estrangeiros no interior do Paraná. A Conselheira informou que realizaria uma

39 reunião com o Centro de Línguas Estrangeiras Modernas – CELEM, para tentar adequar os horários das

40 aulas às demandas dos migrantes, mas declarou que os horários das aulas e ofertas de turmas são

41 questões decididas pelas escolas de acordo com a disponibilidade dos professores e que não era

42 possível ofertar as turmas aos sábados conforme as solicitações dos migrantes. A Conselheira Elizete

43 sugeriu que fosse ampliado do Instituto de Educação e de outras escolas da região central de Curitiba

44 para que mais vagas pudessem ser oferecidas. O Conselheiro Izidoro declarou ser estratégico para a

45 Nação Brasileira o aprendizado de português por estrangeiros. A Conselheira Fátima questionou se na

46 Base Nacional Comum Curricular – BNCC, estariam previstas aulas aos sábados para o Ensino Médio,

47 havendo assim a possibilidade de abrir as escolas nestes dias para realizar as aulas para as turmas de

48 migrantes. A Conselheira Marcia Dudeque informou que a BNCC para o Ensino Médio ainda está em

49 discussão. A Conselheira Fátima discorreu sobre a necessidade de o país fornecer políticas públicas que

50 possibilitem o acesso do migrante a seus direitos e declarou que o não conhecimento da língua afeta não

51 só a permanência do migrante em seu trabalho, mas também a compreensão de seus direitos, pois se

52 ele não compreende as leis, acaba por enfrentar maiores dificuldades e informou que em Curitiba os

53 migrantes têm enfrentado muitos problemas trabalhistas nas empresas e junto ao Ministério Público do

54 Trabalho – MPT. Também, declarou que é preciso pensar o acesso às aulas de língua portuguesa para

55 não falantes no interior do Estado como política pública. A Conselheira Fátima informou que têm havido

56 muitas demandas à SEJU providas de empresas sobre documentação, ensino de língua portuguesa e

57 outras questões concernentes aos migrantes. A Conselheira Maria de Lourdes informou que, sobre a

58 questão de horários e oferta de turmas aos sábados para o ensino de português, as Universidades têm

59 maior flexibilidade pois podem ofertar as aulas como projeto de extensão e sugeriu que fosse feita uma

60 sensibilização junto aos docentes para a criação e manutenção dos projetos. A Conselheira Tamara

61 apontou que no Brasil não há a cultura de oferecer cursos de português para estrangeiros, como ocorre

62 outros países que incentivam o aprendizado de seus idiomas, e declarou que o voluntariado é uma

63 caminho interessante, mas o CERMA, deve incentivar o Poder Público a ofertar sistematicamente aulas

64 de língua portuguesa para não falantes. Após as alterações, a Ata foi aprovada. **4. Apresentação do**

65 **trabalho das Comissões para aprovação: 4.1. Comissão de Direitos e Garantias:** A Presidente Célia

66 informou que, na última reunião, foram redigidas as alterações da Lei do CERMA, as mesmas já foram

67 solicitadas à SEJU, e que, nesta reunião, foi feita uma leitura do Regimento Interno do Conselho e foram

68 elencados pontos que podem precisar ser alterados e situações que devem ser revistas, como o

69 acompanhamento pelo CERMA dos recursos e do Plano para o Conselho. A Presidente destacou a

70 importância da modificação da Lei ser aprovada o mais rápido possível para agilizar todos os

71 encaminhamentos que decorrem dela. A Conselheira Fátima explicou que uma justificativa para a
72 alteração da Lei, bem como uma exposição de motivos, deve ser encaminhadas junto à proposta de
73 alteração à Secretaria do Planejamento para parecer. Sobre a Conferência Temática, declarou que será
74 preciso um novo Decreto de Chamamento da Governadora e redefinir o Regimento de Funcionamento
75 com as datas e vagas, e informou que a Procuradoria-Geral do Estado do Paraná – PGE, devolveu o
76 protocolado e solicitou que, novamente, fossem atualizados os orçamentos para o processo licitatório
77 para a realização da Conferência. Também, lembrou que a razão da necessidade de alteração da Lei
78 parte da pressão que a PGE vem aplicando sobre a necessidade do CERMA de trazer para a
79 Conferência representantes de diversas partes do Estado oferecendo alimentação, questionando que na
80 Lei que criou o CERMA está previsto que o Poder Público arcará com as despesas de envio de
81 delegados do Conselho à Conferência Nacional, não mencionando a Conferência Temática, criada, uma
82 vez que não ocorrerá a COMIGRAR, para realizar os encaminhamentos do Novo Plano Estadual e da
83 eleição das Instituições da Sociedade Civil que comporão o CERMA no próximo ano. Por este motivo, a
84 Lei está sendo alterada para incluir os gastos com transporte, hospedagem e alimentação nas despesas
85 arcadas pelo Poder Público. A Conselheira Elizete destacou que, embora não haja um chamamento
86 nacional para a Conferência, o Paraná tem tido sucesso em interiorizar o diálogo institucional sobre os
87 migrantes, principalmente desempenhado pela Cáritas, incentivando as prefeituras a assumirem o
88 compromisso de criar seus Conselhos Municipais para tratar a questão. A Conselheira Andressa informou
89 que Sarandi, município vizinho a Maringá, está realizando discussões para a criação de seu Conselho
90 Municipal e que em Maringá o Comitê para Refugiados entregou ao Prefeito o Plano Municipal de
91 Políticas Públicas do Migrante e que foi aprovada a Lei Municipal, podendo o próximo passo ser a criação
92 de um Conselho Municipal. **4.2. Comissão de Monitoramento de Políticas Públicas:** A Conselheira
93 Tamara relatou que a demanda da Comissão era finalizar o documento de avaliação do Plano Estadual
94 de Políticas Públicas para a Promoção e Defesa dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do
95 Paraná, com base em informações do levantamento do MPPR junto às Secretarias Estaduais, para
96 determinar quais das ações propostas no Plano foram efetivadas, e nas apresentações das Secretarias
97 ao CERMA ao logo do ano passado. Também, lembrou que na Reunião Descentralizada realizada em
98 Maringá, o Conselho analisou as informações e fez considerações pontuais baseadas nas respostas das
99 Secretarias sobre aquilo que deveria ter continuidade, ser modificado ou aprofundado no Plano. O
100 documento trará uma síntese do que foi respondido e realizado pelas Secretarias, incluirá
101 recomendações do CERMA feitas a partir dos encaminhamentos do debate ocorrido em Maringá e, além
102 compartilhado internamente no Conselho, será enviado como resposta às Secretarias responsáveis pelas
103 ações e como forma de manter as discussões para amadurecer as propostas e demandas para a
104 elaboração de um próximo Plano Estadual na Conferência Temática. **5. Informes Secretaria Executiva –**
105 **Mesa Diretora – Conselheiros:** A Conselheira Fátima informou que foram definidos os números de



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, TRABALHO E DIREITOS HUMANOS – SEJU
DEPARTAMENTO DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA – DEDIHC
Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná – CERMA/PR

13
14
15

106 telefone nas novas instalações do DEDIHC na Casa Rosada, e informou os números da Coordenadora
107 de Políticas, da Divisão de Apoio aos Conselhos, do Administrativo e da Diretoria do Departamento.
108 Também, relatou sobre o recebimento de um convite para o evento que ocorreria nos dias 25 e 26 de
109 julho, em Curitiba, realizado pela Casa Civil da Presidência da República, onde seria abordado o tema
110 “Nova Lei de Migração, uma janela de oportunidades”, discutindo principalmente a questão de
111 empregabilidade de venezuelanos. A Conselheira Lucimar informou que cerca de 600 venezuelanos
112 foram encaminhados pelo Governo Federal para a cidade de Cuiabá naquela semana e questionou se o
113 Estado do Paraná seria o próximo a acolher esses migrantes. A Conselheira Elizete informou que
114 algumas irmãs vicentinas foram questionadas sobre a possibilidade de acolhida para cerca de 30
115 venezuelanos. A Conselheira Andressa informou que a Comissão de Migração também foi perguntada
116 sobre esta questão. A Conselheira Elizete declarou que o Estado de Roraima hoje vive uma situação
117 preocupante no que tange à migração e que esta realidade pressiona os demais Estados da Federação a
118 compartilhar da responsabilidade de acolher esses migrantes, mas o Governo Federal deve tratar esta
119 questão muito seriamente e dar condições aos Estados para realizarem o acolhimento. A Conselheira
120 Fátima informou que no ano de 2017 foi realizada uma reunião na SEDS, na qual o Oficial de Meios de
121 Vida do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados no Brasil – ACNUR, Paulo Sergio
122 Almeida, e a Coordenadora de Serviços de Acolhimento do Ministério do Desenvolvimento Social e
123 Combate à Fome, Niusarete Margarida Lima, declararam estarem visitando os Estados brasileiros e
124 demonstraram interesse em saber se o Paraná, por ser um Estado precursor de diversas políticas, teria
125 interesse em receber um número de migrantes venezuelanos, ao qual SEDS e a SEJU responderam que
126 o Paraná, como já ocorreu durante o período do governo de Beto Richa, que recebeu o comunicado para
127 que o Estado participasse do processo de interiorização, não fecharia as portas para receber os
128 migrantes, desde que o Governo Federal tratasse o assunto com a seriedade necessária, e afirmaram
129 que não é possível fazer uma interiorização como a que ocorreu com os migrantes haitianos, onde os
130 Estados não receberam apoio Federal para realizar os atendimentos e as instituições tiveram que arcar
131 com os custos dos acolhimentos. Também, informaram que, como Governo Brasileiro está a assumindo
132 como proposta, essa política de caráter emergencial deve ser repensada e sugeriu a criação de um
133 Comitê Emergencial para elaborar um Plano Nacional de Interiorização. Relatou ainda, que a SEJU
134 enviou uma resolução às Secretarias Estaduais para que cada uma delas analise as possibilidades de
135 realização dos atendimentos. Os representantes do Governo Federal foram questionados sobre a
136 realização de reuniões com os Estados para discutir a questão da interiorização e frisou-se que o valor de
137 R\$ 400,00, *per capita*, oferecido para que os Estados realizem o acolhimento, é insuficiente. O valor
138 necessário é de, no mínimo, R\$ 1.800,00, *per capita*, porque os custos se estendem não apenas ao
139 acolhimento inicial, mas também ao período de adaptação do migrante, até ele aprender a língua e
140 conseguir se inserir no mercado de trabalho e o período até ele conseguir arcar com aluguel, alimentação

141 e outras despesas básicas. A Conselheira Elizete declarou que o Paraná, Curitiba e o interior, tem
142 recebido uma demanda grande de migrantes, com destaque para o crescente número de migrantes
143 cubanos. No período da tarde, a Presidente Célia pediu que os participantes, que não estiveram
144 presentes durante a manhã, se apresentassem. Na sequência, Marcia fez os informes da Secretaria
145 Executiva. Relatou sobre um e-mail enviado pelo Conselheiro Izidoro, e encaminhado aos demais
146 Conselheiros, sobre uma exposição que resgata a história de Ryo Mizuno, o pai da imigração japonesa
147 no Brasil, que acontecerá entre 17 de julho e 05 de outubro, no hall da SEEC. A Conselheira Lucimar
148 enviou um e-mail sobre uma videoconferência, com as 22 regionais do Estado, para divulgação do
149 CERMA, suas ações e uma explanação sobre a situação atual do migrante, refugiado e apátrida, a ser
150 realizada, a princípio, no dia 29 de outubro, na SESA, com possibilidade de ocorrer também na SEDS.
151 Lucimar informou ser necessária a confirmação da data e a elaboração da programação do evento. A
152 Conselheira Fátima sugeriu que fossem convidados os Escritórios Regionais do Trabalho para a
153 videoconferência. A Conselheira Elizete lembrou que as reuniões do CERMA se iniciaram, ainda
154 enquanto Comitê, por videoconferência e ressaltou a sua importância pois possibilita que se atinja um
155 grande público. Sobre a programação, informou que, nas videoconferências anteriores, se optou por
156 fazer uma análise de conjuntura, uma contextualização da questão da migração a nível mundial e uma
157 apresentação dos conceitos que permeiam a temática, para que os agentes públicos possam ampliar
158 seus conhecimentos sobre migração e se apoderar dos termos técnicos. A Conselheira Tamara sugeriu
159 que fossem incluídas na programação, informações e instruções mais objetivas sobre as políticas
160 públicas, como o Sistema Único de Saúde – SUS, o acolhimento ao migrante, Educação e A Nova Lei de
161 Migração, e que as sugestões de tópicos e de nomes de palestrantes fossem enviadas à Laís,
162 centralizando as informações. A professora Tatyana disponibilizou a orientação da UFPR acerca dos
163 conceitos e políticas sobre migração. A Conselheira Elizete sugeriu que os Conselheiros motivassem, em
164 seus municípios, a participação no evento. A Presidente Célia sugeriu que fossem convidados os órgãos
165 estaduais, como MPPR e DPE/PR. A Conselheira Fátima sugeriu que as Secretarias envolvidas na
166 discussão do tema reforçassem o convite junto às suas regionais. Marcia informou sobre o recebimento
167 de um e-mail da Irmã Isele Negrelli, solicitando a colaboração e orientação do CERMA para a criação de
168 um programa de atendimento a migrantes e refugiados no município de Almirante Tamandaré. Também,
169 informou sobre a solicitação feita pelo Pequeno Cotelengo de voluntários ou palestrantes sobre a
170 temática da migração para participarem da Semana da Diversidade, promovida pela instituição e a ser
171 realizada entre os dias 27 e 31 de agosto. A Conselheira Elizete se propôs a fazer contato com a
172 instituição para mais informações e repassá-las aos Conselheiros. A Professora Tatyana informou que,
173 mesmo não tendo disponibilidade na data, poderia indicar uma de suas 5 mestrandas para discorrerem
174 sobre o tema, mas que seria uma apresentação voltada para a área jurídica. Marcia informou sobre o
175 encaminhamento do ofício nº 073/2013 – CERMA/PR, sobre reportagens vinculadas à mídia local do



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, TRABALHO E DIREITOS HUMANOS – SEJU
DEPARTAMENTO DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA – DEDIHC
Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná – CERMA/PR

21
22
23

176 município de Pinhais, à Defensoria Pública da União – DPU, requerendo informações sobre o caso
177 envolvendo uma família de migrantes haitianos e sobre a decisão da juíza responsável pelo caso de
178 enviar as duas crianças mais velhas aos cuidados da família paterna no Haiti, impossibilitando a
179 reintegração à família de origem. A DPU enviou resposta, por meio do ofício nº 110/2018 – DPU
180 2CTGCTB/DRDH PR, informando que o caso está sendo acompanhado pela Casa Latino Americana –
181 CASLA, que o mesmo tramita perante a Justiça Estadual e, como se trata de interesse de menores, sob
182 sigilo de justiça. Também, informou que, tão logo recebeu informações sobre o caso, instaurou
183 procedimento de assistência jurídica para monitoramento de ações com crianças imigrantes no âmbito do
184 Estado do Paraná e que está sendo construída uma articulação com conselhos tutelares e a Defensoria
185 Pública Estadual para aprimoramento das atuações nos casos que envolvam migrantes. A Conselheira
186 Elizete informou que visitou a família e que a Cáritas está realizando o seu acompanhamento
187 socioassistencial e psicológico. Os pais se mudaram para Curitiba, mas ainda não haviam decidido se
188 permanecerão no Brasil pois estão muito confusos com a situação. Apesar de as crianças estarem sendo
189 assistidas em um abrigo, os pais podem levá-las para a casa nos finais de semana. A Conselheira Fátima
190 informou que a SEDS também visitou a família mas que ainda não havia recebido um relatório da referida
191 visita. O Promotor Rafael declarou não ter conseguido entrar em contato com a Promotora de Pinhais
192 responsável pelo caso. Também, comunicou que, em um pronunciamento, a juíza responsável pelo caso
193 declarou que os pais estão afastados da guarda, mas que em momento algum determinou a deportação
194 das crianças, sendo esta uma iniciativa do pai que, em um ponto, entendeu que deveria enviar as
195 crianças ao Haiti. Em seguida, informou que o recurso da decisão está sob apreciação do Tribunal de
196 Justiça do Estado do Paraná – TJPR, e sugeriu que o Conselho se pronunciasse ou acionasse as
197 autoridades sobre os cuidados que devem ser tomados no julgamento do referido recurso. Por fim,
198 sugeriu que o MPPR fosse oficiado sobre o caso, para que ocorram encaminhamentos internos e um
199 Procurador de Justiça acabe por oficiar o Tribunal de Justiça por informações, guardadas as devidas
200 necessidades de sigilo. A Conselheira Tamara declarou que o Conselho gostaria de ser tranquilizado de
201 que o caso estaria sendo acompanhado e de que o caso não recebeu tratamento diferenciado por se
202 tratar de migrantes. Foi deliberado o encaminhamento de ofícios ao MPPR e TJPR, solicitando
203 informações sobre o caso. A Professora Tatyana questionou se a CASLA fora contatada. Emerson Handa,
204 advogado voluntário da Cáritas e da CASLA, informou que, no meio jurídico, os migrantes haitianos,
205 muitas vezes são confundidos com refugiados, sendo que, em sua maioria, não se tratam de casos de
206 solicitação de refúgio, mas sim de visto humanitário, como ocorre com a família. Sobre a deportação,
207 informou que a decisão da juíza dá a entender que a reunião familiar poderá ocorrer, desde que não seja
208 em território brasileiro, o que levou o pai a acreditar que poderia estar com seus filhos novamente se
209 voltassem ao Haiti. O Promotor Rafael sugeriu que o CERMA, em seus ofícios, manifestasse
210 preocupação por um movimento do sistema judiciário que estaria forçando, direta ou indiretamente, a

24

211 saída da família do país. A Conselheira Tamara ponderou que a SEDS deve garantir, primeiramente, que
212 os direitos das crianças sejam resguardados e que, como não se tinha informações concretas sobre o
213 caso, não deve se precipitar a defender a família pois pode acabar por desproteger os menores.
214 Também, lembrou que, nas reportagens, dava-se a entender que os irmãos seriam separados. O
215 Promotor Rafael declarou que remeter as crianças ao Haiti seria uma medida temerária. Emerson Handa,
216 informou que se tratam de dois filhos biológicos do pai que seriam entregues aos cuidados da avó
217 materna no Haiti, com quem eles não têm contato. A Conselheira Tamara declarou que o Conselho quer
218 constatar se o caso está sendo devidamente acompanhado e se todos os passos do processo estão
219 sendo verificados. A Presidente Célia apresentou as fotos da Reunião Descentralizada do CERMA em
220 Londrina. A Conselheira Andressa relatou que profissionais de uma Unidade Básica de Saúde – UBS, do
221 município de Maringá procuraram a Cáritas, a Pastoral do Migrante e as Irmãs Vicentinas pois estavam
222 tendo dificuldades no atendimento e em realizar o acompanhamento de migrantes. Em reunião, foi
223 proposto que os agentes de saúde relatassem formalmente a situação à Secretaria Municipal de Saúde e
224 fizessem sugestões de melhorias para o atendimento, como a contratação de um migrante e a realização
225 de rodas de conversa com os demais agentes de saúde da UBS e do município. Este relato foi entregue
226 ao Secretário Municipal de Saúde e a Conselheira Andressa também o entregou à Conselheira Lucimar,
227 para conhecimento da Secretaria de Estado da Saúde e para que a SESA também realize rodas de
228 conversa com os agentes de saúde do município. A Conselheira Elizete solicitou que fosse encaminhada
229 uma cópia do relato à Secretaria Executiva. A Conselheira Lucimar informou que, conforme a demanda
230 apresentada na Reunião Descentralizada de Londrina pela enfermeira Karly, a SESA, juntamente à sua
231 17ª Regional, realizaram uma reunião no município de Rolândia para encaminhamento da situação dos
232 atendimentos, principalmente da questão do acompanhamento de gestantes indígenas. Também,
233 informou que a Rede Mãe Paranaense prevê, como uma de suas estratégias, o acompanhamento mais
234 profundo de gestantes que se enquadrem em alguns critérios e que foi decidido, no Município de
235 Rolândia, que todas as gestantes migrantes seriam incluídas na gestão do caso, onde teriam um olhar
236 mais ampliado em seus acompanhamentos. Em seguida, informou sobre uma demanda surgida no
237 Conselho Estadual da Promoção da Igualdade Racial – CONSEPIR, em que uma agência de viagens de
238 Curitiba lesou migrantes, dentre eles haitianos, e questionou sobre o andamento do caso no CERMA. A
239 Conselheira Elizete informou que, na Reunião Pública realizada no MPPR, os migrantes também
240 levantaram esta questão. O Promotor Rafael informou que, há cerca de um ano, quando ocorreram as
241 primeiras manifestações sobre o caso, houve uma manifestação do MPPR solicitando a instauração de
242 inquérito policial e intervenção do Promotor especializado em direito do consumidor, Maximiliano Ribeiro,
243 e informou que, há cerca de um mês, o migrante nigeriano Abiola Yusuf apresentou novamente o caso
244 em uma reunião do MPPR. Também, se propôs a entrar em contato com o promotor responsável pelo
245 caso e solicitar informações sobre seu andamento. A Professora Tatyana informou que, nos casos



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, TRABALHO E DIREITOS HUMANOS – SEJU
DEPARTAMENTO DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA – DEDIHC
Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná – CERMA/PR

29
30
31

246 atendidos pelo Projeto de Extensão Refúgio, Migração e Hospitalidade, na sala 28, do Setor de Ciências
 247 Jurídicas da UFPR, os migrantes não compareceram às audiências conciliatórias no Centro de Defesa do
 248 Consumidor, mas que ainda tinha os dados à disposição. A Conselheira Fátima comentou que é
 249 recorrente os migrantes procurarem as instituições, que realizam os encaminhamentos, e depois não
 250 comparecem às reuniões ou entrevistas. A Conselheira Elizete declarou que os migrantes se sentem
 251 inseguros quanto a seus direitos, mesmo possuindo toda a documentação, e sugeriu que os advogados
 252 colaboradores da Cáritas os acompanhassem nestas diligências, para dar um sentimento de segurança
 253 aos migrantes, e solicitou que, após o promotor Rafael realizar os encaminhamentos, a Cáritas fosse
 254 contatada para providenciar o acompanhamento. A Professora Tatyana informou sobre o início do
 255 processo de ocupação de 60 vagas remanescentes, em 23 cursos da UFPR, destinadas a migrantes com
 256 visto humanitário, solicitantes de refúgio e refugiados que iniciaram cursos superiores em seus países e
 257 não os concluíram, o prazo para inscrição sendo de 30 de julho à 13 de agosto. A Conselheira Maria de
 258 Lourdes declarou que realizou duas tentativas de instaurar projeto semelhante na UTFPR de Pato
 259 Branco, mas que ainda não obteve sucesso. Também, informou sobre a realização pela UTFPR, no dia
 260 28 de agosto, de um evento sobre práticas institucionais de acolhimento a migrantes, refugiados e
 261 apátridas, contando com a participação de representantes de diversas partes do país e com o
 262 lançamento de um dicionário de créole haitiano. A Professora Tatyana se dispôs a encaminhar à
 263 Conselheira Maria de Lourdes os modelos das resoluções da UFPR que estabeleceram a ocupação da
 264 vagas remanescentes por migrantes e informou que a UTFPR de Curitiba está realizando um processo
 265 de ingresso de migrantes e refugiados nos cursos, sendo assessorada neste processo pela UFPR.
 266 Também, informou sobre a realização, em 12, 13 e 14 de setembro, na Faculdade de Direito da UFPR, do
 267 IX Seminário da Cátedra Sérgio Vieira de Mello - ACNUR e III Conferência Latino-Americana sobre
 268 Refúgio, Migração e Apatridia, em que participarão diversas áreas e cursos, e ocorrerão debates e
 269 apresentações de trabalhos e práticas sobre a temática da migração. Em seguida, convidou o CERMA e
 270 a Sociedade Civil a participar do evento e a submeter trabalhos e artigos para apresentação. A
 271 Conselheira Elizete propôs que a Conselheira Maria de Lourdes representasse o CERMA no evento da
 272 UTFPR em Pato Branco e informou que participaria do V Seminário Internacional da Tríplice Fronteira
 273 sobre o Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, realizado nos dias 25 e 26 de julho, em Foz do Iguaçu. A
 274 Conselheira Fátima comunicou que, entre os dias 30 e 31 de julho, na sede da Polícia Rodoviária
 275 Federal, a SEJU apoiará a realização o II Seminário de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas para Fins
 276 de Trabalho Escravo e Exploração Sexual. Convidou o CERMA a participar e entregou materiais de
 277 divulgação do evento aos presentes. A Conselheira Elizete sugeriu que outros municípios fossem
 278 sensibilizados a realizar eventos sobre o enfrentamento ao tráfico de pessoas. **6. Anteprojeto de Lei:**
 279 **gratuidade das taxas de revalidação de diplomas nas Universidades Estaduais:** João Guilherme de
 280 Mello, assessor do Deputado Evandro Araújo, da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia

32

281 Legislativa do Paraná – ALEP, discorreu sobre os Projetos de Lei em tramitação na ALEP, o PL nº
282 561/2016, que isenta o pagamento de taxas para a revalidação de diplomas de graduação, mestrado ou
283 doutorado de refugiados no Estado do Paraná, e o PL nº 340/2018, que acresce o inciso IX ao §1º do
284 Artigo 1º da Lei nº 18.573, de 30 de setembro de 2015, que instituiu o Fundo Estadual de Combate à
285 Pobreza do Paraná, seus propositores e histórico de tramitação. A Professora Tatyana observou que o
286 Projeto nº 561/2016 destinava a isenção somente aos refugiados, que caracterizam a minoria dos
287 migrantes em território brasileiro. João Guilherme informou que durante a discussão do referido PL na
288 plenária da Assembleia pode ser feita uma emenda com um substitutivo geral, alterando a nomenclatura
289 para tornar o projeto mais abrangente, incluindo, por exemplo, solicitantes de refúgio e apátridas. Sobre o
290 PL nº 340/2018, João Guilherme relatou que o inciso IX trata da “inclusão social e redução das
291 desigualdades e da vulnerabilidade social por meio de programas de acolhimento institucional, concessão
292 direta de benefícios, inserção no mercado de trabalho e programas na área de segurança alimentar e
293 nutricional para migrantes em situação de vulnerabilidade, solicitantes de refúgio, refugiados e apátridas”,
294 e informou que tal inclusão exclui a necessidade de criação de um novo Fundo específico para migrantes,
295 poupando um longo período de estudos sobre a Receita Estadual e tramitação, criando uma rubrica na
296 Lei Orçamentária Anual que permita o repasse das verbas à SEJU. A Conselheira Tamara observou que
297 no Serviço de Proteção Social Especial, do Serviço de Assistência Social, estão inclusos o acolhimento
298 institucional e a concessão direta de benefícios, e questionou se não seria mais interessante incluir o
299 público migrante no inciso que lista os públicos que podem ser beneficiárias do Fundo, não limitando-o a
300 um inciso. João Guilherme informou que o inciso que delimita os destinatários do Fundo prevê repasses
301 de Fundo a Fundo, o que exigiria a criação de um Fundo específico para migrantes e, também, que a
302 Comissão de Finanças da Assembleia aconselhou a inclusão do novo inciso. A Conselheira Tamara
303 sugeriu que fosse revisto o texto do PL, para tornar mais abrangentes os serviços destinados aos
304 migrantes. João Guilherme informou que o Projeto ainda pode sofrer alterações em seu texto. A
305 Conselheira Fátima informou que as iniciativas legislativas deste feitio, normalmente, são enviadas às
306 Secretarias relacionadas aos Projetos de Lei para um parecer e questionou sobre a possibilidade de que
307 isto ocorra com o PL em questão, pois considera importante que a SEDS faça seu acompanhamento.
308 João Guilherme informou que este procedimento depende de um dos deputados solicitar o rebaixamento
309 de competência do PL quando ele estiver na Comissão de Constituição e Justiça – CCJ. A Presidente
310 Célia questionou a possibilidade de que os deputados que estão com o Projeto em vistas fizessem as
311 alterações no texto e sobre qual seria o melhor momento para serem feitas as alterações no PL
312 nº561/2016. O Assessor João Guilherme declarou que precisava consultar o Regimento da ALEP sobre a
313 possibilidade de realizar alterações no texto durante as vistas. A Conselheira Fátima lembrou que os
314 Estados de São Paulo e Rio de Janeiro já aprovaram projetos semelhantes, configurando precedentes,
315 apesar de contemplarem apenas refugiados. A Conselheira Tamara ponderou que, se houver dificuldades



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, TRABALHO E DIREITOS HUMANOS – SEJU
DEPARTAMENTO DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA – DEDIHC
Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná – CERMA/PR

37
38
39

em aprovar o texto, a nomenclatura poderia ser alterada para migrantes em situação de vulnerabilidade e informou que, para a comprovação da vulnerabilidade, bastaria o migrante ser inscrito no Cadastro Único da Assistência Social – CadÚnico. A Conselheira Elizete lembrou que a Organização Internacional de Migração – OIM, conceitualizou a questão da vulnerabilidade do imigrante, o que poderia basar o argumento para alteração do PL. João Guilherme lembrou que, para questões de coleta de dados, é importante que os migrantes estejam inscritos no CadÚnico. Também, informou que está desenvolvendo um material sobre a atual situação da Venezuela e o êxodo de sua população e se colocou à disposição do CERMA para apresentá-lo. **7. Carta de Londrina – encaminhamentos:** A Conselheira Fátima inteirou os presentes de que, nas Reuniões Descentralizadas, o CERMA ouve os anseios dos migrantes e instituições e acompanha as demandas elaborando uma carta final, que, no encerramento da reunião, é lida publicamente como um compromisso deste Conselho em encaminhar as questões levantadas. Também, informou que seria feita a leitura daquilo que foi deliberado em Londrina e que a plenária determinaria os encaminhamentos necessários, a serem realizados pela Secretária Geral e Secretaria Executiva. A Conselheira Elizete, então, fez a leitura da carta. A Conselheira Andressa questionou se a necessidade de treinamento dos profissionais que atuam diretamente com os migrantes, apontada na carta, seria direcionada a todas as áreas ou a uma em específico. A Conselheira Tamara informou que foi apontada a área da saúde, mas que havia uma insatisfação geral com todos os serviços. O Promotor Rafael comentou que, no mínimo, essa capacitação deveria abranger os profissionais da Saúde, Educação e Assistência Social. A Conselheira Lucimar apontou que a área de Segurança Pública também deveria ser inclusa. A Conselheira Tamara lembrou que a carta não poderia ter seu texto modificado, pois se tratava de recomendações da Sociedade Civil aprovadas na plenária de Londrina. A Conselheira Elizete sugeriu que os Conselheiros sempre trouxessem consigo a carta para que fossem sempre verificados os andamentos dos encaminhamentos junto às Secretarias. A Conselheira Tamara sugeriu o envio da carta às Secretarias Municipais de Londrina e às Secretarias de Estado, pertinentes às políticas envolvidas, para ciência, manifestação e considerações. O Promotor Rafael solicitou o encaminhamento das cartas de Londrina e Maringá ao MPPR. **8. Nota Técnica do Ministério Público do Trabalho – MPT:** A Conselheira Tamara fez a leitura da Nota Técnica nº 01, de 2 de abril de 2018, do Ministério Público do Trabalho sobre uma política pública de interiorização de migrantes venezuelanos. Após a leitura, questionou se houve, por parte do Governo Federal, a inclusão deste eixo de trabalho em suas políticas. A Conselheira Fátima ponderou que haveriam novas informações sobre esta questão após o evento realizado pela Casa Civil da República. A Conselheira Tamara sugeriu que, em sua próxima reunião, o CERMA encaminhe um pronunciamento sobre a Nota Técnica e verifique em que medida o Governo Federal incorporou este eixo de trabalho em sua política de interiorização. **9. Encerramento:** A Presidente Célia agradeceu a presença de todos e, sem mais a ser tratado, encerrou a reunião. A presente Ata foi lavrada por Karen Gabriela dos Santos Silva, da Divisão de Apoio aos Conselhos –

40

41
42

351 Departamento de Direitos Humanos e Cidadania (DAC/DEDIHC) e, após sua leitura e aprovação, será
352 anexada uma cópia da lista de presença assinada pelos presentes nesta reunião.

43